



RESISTIR É PRECISO: A IMPRENSA ALTERNATIVA E O AI-5

Thiago Araujo Vaucher¹

Por muitos anos o uso de jornais como fonte de pesquisa para a escrita da história foi deixado de lado por serem considerados representantes de ideologias e interesses políticos. Ainda na década de 1970 existia uma relutância em escrever a história tendo os jornais como fonte, porém com o surgimento de novas temáticas e à alteração da concepção de documento histórico, ampliou-se o campo de atuação do historiador, passando a privilegiar outras fontes, entre as quais os jornais tiveram destaque.

O presente artigo tem o objetivo de apresentar a contribuição da imprensa alternativa durante os anos de vigência dos governos militares, a partir do Ato Institucional nº 5.

Levando em consideração a representação que a imprensa tem, seja na sua legitimação em representar os acontecimentos ocorridos em determinado período, assim como tem a possibilidade de reconstruir fenômenos culturais e sociais, fazendo dos jornais um importante objeto de estudo.

O papel desempenhado por jornais e revistas em regimes autoritários, como o Estado Novo e a ditadura militar, seja na condição difusor de propaganda política favorável ao regime ou espaço que abrigou formas mais sutis de contestação, resistência e mesmo projetos alternativos, tem encontrado eco nas preocupações contemporâneas, inspiradas na renovação da abordagem do político. (LUCA, 2005)

Em 25 de agosto de 1961, o presidente da República Jânio Quadros renunciou, afirmando que fora derrubado por forças ocultas, seu sucessor era João Goulart, que era visto por muitos como herdeiro político do ex-presidente Getúlio Vargas, o que para setores mais conservadores da sociedade brasileira, poderia impedir que houvesse dificuldades no expansionismo por parte de empresas multinacionais.

João Goulart governou durante um ano e meio sob regime parlamentarista, o que impediu de implantar seu jeito trabalhista de governar. Em janeiro de 1963 foi realizado plebiscito onde foi aprovado o retorno ao presidencialismo, com isso, João Goulart, tornou-se presidente da República.

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Alegrete.

Durante o tempo em que esteve à frente do país, o presidente Goulart sofreu com duras pressões por todos os lados, os setores conservadores o acusavam de tentar implantar em solo brasileiro uma república sindicalista e os movimentos populares o pressionavam pela realização das tão esperadas Reformas de Base: reforma agrária, reforma sindical, redistribuição de renda, regulamentação do capital estrangeiro, entre outras.

“O Brasil que João Goulart recebeu para governar era um país atolado na desigualdade social. Somente 3 milhões 350 mil possuíam terra. Apenas 2,2%, míseros 73.737 proprietários, dominavam 58% da superfície territorial.” (SILVA, 2014)

No dia 13 de março de 1964, o presidente João Goulart realizou o famoso comício na Central do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, onde afirmou que iria realizar as reformas. A repercussão do comício fez com que o país ficasse em alerta para uma possível reviravolta. Industriais, proprietários de terra, proprietários de grandes veículos de comunicação e demais setores conservadores da sociedade brasileira preocupados com que o presidente viesse a cumprir com que prometera, apoiaram e sustentaram um movimento civil-militar que viesse a “salvar” o país do perigo do governo de João Goulart. A grande imprensa nacional aproveitou a fragilidade dos brasileiros e começou os ataques contra o presidente e seu governo. Durante o governo João Goulart, a grande imprensa desqualificou o trabalho realizado pelo governo, dando a impressão de que o presidente estivesse sem apoio de parte da população, o que em estudos recentes foi comprovado que era falso. Entre os dias 31 de março e 1º de abril, várias foram as manchetes estampadas nas primeiras páginas dos principais veículos de comunicação do país. Após sofrer duras pressões, João Goulart deixou o país e no dia 2 de abril de 1964, foi realizada uma sessão extraordinária do Congresso Nacional para declarar vaga a presidência da República. Enquanto um novo presidente não fosse eleito, assumiria temporariamente a presidência, o deputado Ranieri Mazzilli, porém quem estava no comando do país era o Alto Comando da Revolução, integrado por chefes militares, que formavam uma Junta Militar que “prometia restaurar a legalidade, reforçar as instituições democráticas ameaçadas e restabelecer a composição federativa da nação, rompendo o poder excessivamente centralizado do governo federal e devolvendo poderes aos Estados. Prometia sobretudo, eliminar o perigo da subversão e do comunismo, e punir os que no governo haviam enriquecido pela corrupção.” (ALVES, 1989)

O novo governo havia assumido com um dos objetivos de livrar o país do comunismo e da corrupção e restaurar a democracia, começou a mudar as instituições do país, através de decretos, chamados de atos institucionais (AI), justificados em decorrência do exercício do Poder Constituinte. No dia 9 de abril os chefes militares editaram o Ato Institucional nº 1 que tinha como objetivo dar substância jurídica e institucional a Junta que estava no comando, a Constituição de

1946 foi mantida, os partidos políticos não foram extintos de imediato, tudo indicava que os militares logo, logo, iriam devolver o poder aos civis. Porém não podemos esquecer que o próprio AI-1 foi o responsável pela limitação do direito da liberdade individual e coletiva, autorizando o uso de extrema repressão a todos que se opusessem ao novo governo, desencadeando assim uma intensa caça e perseguição aos opositores.

Após quatro anos, em 1968 no dia 13 de dezembro de 1968, foi instauração do Ato Institucional nº 5, entre os muitos excessos que esse dispositivo previa, ele abriu caminho para o descontrole do aparato repressivo do estado de segurança nacional, intensificando a censura à imprensa, sistematizando passando a virar rotina nas redações dos jornais. “Sob a capa do resguardo à moral e aos bons costumes ou defendendo questões de interesse da nação, considero a censura sempre política” (KUSHNIR, 2012)

Entre os tipos de censuras realizadas nos jornais brasileiros, existiram a Censura Prévia e a Autocensura, que seria regulamentado pelo Decreto nº 1.077. A censura prévia previa que as matérias produzidas seriam analisadas por um censor na própria redação do jornal ou envio do material ao DPF da cidade ou a sede em Brasília, o que dificultava a tarefa de produzir os jornais. A censura foi executada em algumas redações entre os anos de 1968 a 1978, de uma forma mais intensa, pois não estamos querendo dizer que não houvesse censura antes ou depois deste período. “A censura prévia causou grande prejuízo à imprensa, por muitas razões muitos jornais deixaram de existir e outros perderam força.” (VAUCHER, 2012)

A grande imprensa foi a que se submeteu a autocensura, onde os próprios editores eram responsáveis pelo que os jornalistas podiam ou não escrever. “A prática da autocensura acontecia quando os proprietários de grandes jornais fechavam acordos com os responsáveis pela censura, ou diretamente com o governo.” (VAUCHER, 2012)

Esses acordos/ordens têm a finalidade de decidir sobre o que deve ou não ser publicado, e sua aceitação implica na contrapartida da autocensura.

De certo modo, embora eventuais resistências possam ocorrer, criando imagens figuradas que força uma leitura nas entrelinhas, ou mesmo burlando-se ordens expressas, a autocensura representa uma capitulação, uma vez que o papel censório é transferido do Estado para a direção do órgão de divulgação, que assume a função de comunicar a seus repórteres o que podem ou não escrever.” (AQUINO, 1999)

Durante quinze anos a autocensura esteve presente nas redações dos jornais brasileiros, fazendo com que muitos jornais viessem a fechar suas portas e muitos de seus jornalistas buscassem outros jornais onde pudessem realizar seus trabalhos.

Se já não fosse bastante trágico prejudicar a execução dos trabalhos realizados pelos jornalistas dentro das redações, havia também outras forças de repressão, como atentados a bomba, invasões a redação e banca de jornal, prisões, inquéritos arbitrários e violência física contra jornalistas e pressões contra os donos das empresas.

Durante os anos de vigência dos governos militares, surgiram inúmeras publicações de oposição ao governo. Segundo Kucinski cerca de 150 periódicos com essas características foram criados, porém muitos deles tiveram curta duração. A cada ano a imprensa alternativa ganhava espaço de destaque nacionalmente, porém antes mesmo do AI-5, no dia 21 de maio de 1964, um grupo de jornalistas liderados por Millôr Fernandes, lançaram a revista alternativa Pif-Paf, uma publicação de humor crítico que circulou por apenas oito edições antes de ser apreendida, sendo fechada em 27 de agosto do mesmo ano, considerada por muitos como a publicação que deu início ao ciclo alternativo nos anos dos governos militares.

A imprensa alternativa também teve seus trabalhos censurados, como por exemplo O Pasquim que ficou censurado de novembro de 1970 a março de 1975, o Movimento de abril de 1975 a junho de 1978, entre outros.

Conhecidos por muitos inicialmente por imprensa nanica, devido ao formato pequeno adotado pela maioria, a expressão jornalismo alternativo foi utilizada pela primeira vez por Alberto Dines em janeiro de 1976, na Folha de São Paulo.

Esse tipo de imprensa tinha em geral formato tabloide, alguns desses jornais eram vendidos em bancos e outros circulavam nas universidades, em partidos políticos, movimentos populares.

“Além de designar práticas não ligadas a cultura dominante, alternativa também significa optar entre duas coisas reciprocamente excludentes, a única saída para uma saída difícil e o desejo de protagonizar transformações. A imprensa alternativa dos anos 70 era tudo isso ao mesmo tempo” (KUCINSKI, 1998) Para Kucinski haviam duas grandes classes de jornais alternativos, os políticos, onde podemos citar os exemplos dos jornais: Movimento, Opinião e Coojornal e a outra classe de jornais alternativos eram os que estavam cansados do discurso ideológico, inspirados em movimentos de contracultura estadunidense e estavam preocupados em investir seus ataques em suas páginas, aos costumes e o moralismo da classe média. Citando alguns desses jornais responsáveis por essa classe são O Pasquim, Bondinho e Versus.

A imprensa alternativa era composta por políticos, artistas, militantes, jornalistas da grande imprensa que não tinham voz para expressar o que estava acontecendo no país e encontravam na imprensa alternativa o espaço necessário para dar voz aos que a grande imprensa tentou calar.

Segundo Afonso Junior:

“Esses grupos e indivíduos levavam para o interior dos jornais que iam sendo fundados toda uma série diversificada de experiências, comportamentos, aspirações que era fruto de suas trajetórias políticas e profissionais. As diferenças iriam moldar ali, de modo complexo e contraditório, um fenômeno que os próprios participantes autodeterminariam e assumiriam como sendo a imprensa alternativa.” (AFONSO JUNIOR, 1982)

Sérgio Caparelli em um estudo sobre a Imprensa Alternativa menciona que a “impossibilidade de participação maior do trabalhador intelectual na imprensa alternativa na imprensa tradicional tem como consequência ou o acomodamento do jornalista ou a mudança de profissão ou, ainda, como mais recentemente, ao trabalho na imprensa alternativa.” (CAPARELLI, 1986)

“No que tange definição de Imprensa Alternativa, é necessário que se afirme que em na sua própria designação tem implícito o fato de ser opção a um outro tipo de imprensa. A imprensa alternativa é uma opção na medida em que ocupa, de variadas formas o espaço deixado pelo tipo de imprensa que segue o modelo convencional.” (AQUINO, 1999) De qualquer forma a imprensa alternativa fez um jornalismo engajado, orientado a não separar a informação da opinião.

Em estudo intitulado A censura política na imprensa brasileira (1968-1978), Paolo Marconi destaca:

Na década de 60 deu-se o surgimento da imprensa denominada independente, nanica ou alternativa. (...) O primeiro jornal desse tipo – o Pif-Paf surgiu em 1964 e teve duração efêmera de 8 edições quinzenais sob a direção do esquerdista Millôr Fernandes. O mesmo humorista em 1969, reunindo-se a um grupo de críticos e humoristas de esquerda (Ziraldo, Tarso de Castro, Henfil, Jaguar) funda o semanário O Pasquim. As características desta imprensa: tiragem reduzida de cada impressão; repercussão reduzida, exceções como O Pasquim, Movimento, Em Tempo; falta de esquema empresarial com trabalho semi-artesanal na maioria dos órgãos; ausência de suporte financeiro adequado, caracterizada pela inexistência de anúncios comerciais, etc. (MARCONI, 1980)

Maria Paula Nascimento Araujo sintetiza cinco pontos das quais ela julga serem as principais contribuições da imprensa alternativa durante os anos de vigência dos governos militares:

- 1) O papel de rearticular forças e militantes políticos após a derrota política e militar na luta armada.
- 2) A imprensa alternativa representou uma possibilidade de ação política legal para uma boa parte da esquerda na época. Era um retorno, após o trauma da experiência armada, ao debate de ideias num campo mais amplo. Esses jornais foram elementos importantes na condução de grandes

campanhas nacionais, como a campanha contra a carestia pela Assembleia Nacional Constituinte, pela anistia.

3) A imprensa alternativa ajudou a forçar um público antitadura militar (especialmente entre jovens estudantes, universitários e pessoas da classe média em geral), criando uma opinião pública cada vez mais favorável ao estado de direito e às liberdades democráticas.

4) Ela ajudou a difundir uma “cultura de esquerda”, que divulgava não apenas posições políticas, mas também livros, filmes, músicas, ideias, peças de teatro, intelectuais, criando e difundindo ícones de uma cultura de oposição, relacionados a outros povos latino-americanos e africanos.

5) A imprensa alternativa também funcionou, por meio de jornais específicos como espaço privilegiado na construção da identidade política de movimentos, tais como o movimento feminista, o movimento negro e o movimento gay. (ARAÚJO, 2008)

A circulação dos jornais da imprensa alternativa era distinta, algumas eram distribuídas em escala nacional, outras apenas na cidade em que eram produzidas. As vendas geralmente eram realizadas em bancas, levando em consideração que muitos não se arriscavam a fazer a assinatura, com receio a represálias pelo governo.

De todas as publicações alternativas da época, O Pasquim foi considerado o jornal mais bem sucedido, inclusive em termos de vendas. Em sua equipe contava com jornalistas e chargistas consagrados da grande imprensa, além de contar com a colaboração dos principais artistas e intelectuais da época. Além disso o jornal foi responsável por várias formas de se fazer jornalismo, colocando seu nome entre os principais jornais da história da imprensa brasileira. O Pasquim trazia em suas páginas, críticas políticas e de costumes e o humor sempre como seu carro chefe. Desde a primeira edição do jornal em 26 de junho de 1969, O Pasquim chegou revolucionando a maneira de se fazer jornalismo.

Após o fim dos governos militares muitos jornais alternativos encerram suas atividades, outros tentaram continuar, porém foram perdendo força até fechar. Com a retomada dos governos democráticos, os jornais estavam livres da censura, oportunizando aos jornalistas um campo vasto de trabalho, principalmente na grande imprensa.

A imprensa alternativa teve grande importância na história do jornalismo nacional, merecendo ser estudada com mais minúcia e detalhes, por tratar de um vasto campo de pesquisa e um assunto interessantíssimo.

Referências bibliográficas

- AFONSO JÚNIOR, Delfim. Alternativa jornalística x poder eleitoral – Uma abordagem dos jornais político-culturais no pós 68. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília: Brasília, DF. 1982. Mimeo.
- ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis; Editora Vozes, 1989.
- AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo Movimento; Bauru; EDUSC, 1999.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A imprensa alternativa no Brasil dos anos 70. In: LUSTOSA, Isabel (org) Imprensa, história e literatura. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.
- CAPARELLI, Sérgio. Comunicação de massa sem massa. São Paulo: Summus Editorial. 1986.
- KUCINSKI, Bernardo. A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro; São Paulo; Editora Perseu Abramo; 1998.
- KUSHNIR, Beatriz. Cães de Guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988; São Paulo; Boitempo, 2012.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C.B. (org) Fontes Históricas. São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153.
- MARCONI, Paolo. A censura política na imprensa brasileira, 1968-1978. 2ª edição. São Paulo, Global, 1980.
- SILVA, Juremir Machado da. 1964. Golpe Midiático-Civil-Militar. Porto Alegre; Editora Sulina, 2014.
- VAUCHER, Thiago Araujo. O Pasquim: alternativo e corajoso. Revista Semina. V11, nº01-2012.